

Recebido em 25/02/2019. Aceito em 20/08/2019.

ENTRE A VONTADE DE ESQUECER E A NECESSIDADE DE LEMBRAR: AS MEMÓRIAS DE FLÁVIO TAVARES

BETWEEN THE DESIRE OF FORGET AND THE NECESSITY OF REMEMBER: FLÁVIO TAVARES MEMORIES

Flavieli Arguelho Vilarba¹Paulo Bungart Neto²

RESUMO: O artigo tem como *corpus* principal as memórias do jornalista Flávio Tavares, intituladas *Memórias do esquecimento* (1999), nas quais o autor relembra os momentos em que foi preso por ter participado da resistência ao regime militar no Brasil. A abordagem metodológica foi essencialmente bibliográfica e o objetivo geral foi o de compreender as memórias de Tavares do ponto de vista da denúncia das torturas sofridas durante a ditadura militar brasileira, como exemplo da literatura testemunhal contemporânea. Tendo sido incluído na lista de quinze prisioneiros políticos libertados em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em 1969, o relato alterna, na sequência dos capítulos, cenas relativas à sua prisão, às mortes de companheiros da guerrilha e às sessões de tortura nos porões da ditadura, com o exílio no México após sua libertação. Além de suas memórias, a análise traz a leitura de outros dois volumes de reminiscências políticas do escritor: *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder* (2004); e *1961 – O golpe derrotado: Luzes e sombras do Movimento da Legalidade* (2011). A abordagem tem como aporte teórico os conceitos de Lejeune (2008), bem como a discussão daquilo que se convencionou chamar de “literatura do trauma” (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Palavras-chave: memórias; Flávio Tavares; ditadura brasileira.

ABSTRACT: The article entitled *Memórias do esquecimento* (1999) has as main *corpus* memories of journalist Flávio Tavares, in which the author recalls the moments he was arrested for participating in the resistance to the military regime in Brazil. The methodological approach was essentially bibliographical and the general objective was to understand the memories of Tavares from the point of view of the denunciation of the tortures suffered during the Brazilian military dictatorship, as an example of contemporary testimonial literature. Having been included in the list of fifteen political prisoners released in exchange for the North American ambassador Charles Burke Elbrick in 1969, the account alternates, following the chapters sequence, scenes related to his arrest, the deaths of guerrilla comrades and the torture sessions in the

1 Mestranda na área de Literatura e Práticas Culturais do PPG/Letras da UFGD. E-mail: fvilarba@gmail.com

2 Doutor na área de Literatura Comparada pela UFRGS (2007), com pós-doutorado em Estudos Literários pela UFMG (2014). Professor Associado do PPG/Letras da UFGD. E-mail: pauloneto@ufgd.edu.br

holds of the dictatorship, with the exile in Mexico after his release. In addition to his memoirs, the analysis brings the reading of two other volumes of the writer's political reminiscences: *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder* (2004); e *1961 - O golpe derrotado: Luzes e sombras do Movimento da Legalidade* (2011). The theoretical approach is related to the concepts of LEJEUNE (2008), as well as the discussion of what has been called "trauma literature" (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Keywords: memories; Flávio Tavares; brazilian dictatorship.

INTRODUÇÃO

Iniciamos a apresentação das memórias do jornalista Flávio Tavares voltando-nos para um período anterior ao golpe militar de 1964. Para contextualizar melhor a figura de Tavares é preciso direcionar a atenção para três anos antes, agosto de 1961, e reavermos o cenário em que Jânio Quadros, o então Presidente da República brasileira, renuncia a seu cargo de chefe máximo da nação com apenas sete meses de mandato. Nesse período, Flávio Tavares já sente os primeiros ventos do golpe contra a democracia e começa a lutar pela legalidade.

Assim, em 2011, é publicado seu livro *1961 - O golpe derrotado: luzes e sombras do Movimento da legalidade*, no qual Flávio Tavares aponta o clima favorável, em agosto de 1961, a um golpe militar que sequer permitiria que João Goulart, então vice-presidente, assumisse o comando no lugar de Jânio. No primeiro capítulo, há uma breve apresentação dos primeiros dias após a renúncia de Quadros, e, em seguida, Tavares relembra como ele e outros civis apoiaram a resistência liderada, no Rio Grande do Sul, por Leonel Brizola, na época governador do estado. Uniram-se no Palácio Piratini, localizado em Porto Alegre, para se defender do ataque do exército em um ato de revide à posição dos militares e, também, para defender Brizola, que estava sendo constantemente ameaçado e sofrendo atentados por conta de sua postura antigolpista. Tavares traça no capítulo introdutório a série de movimentações ilegais tomada pela direita reacionária, que não permitia a volta de João Goulart para o Brasil e como o grupo liderado pelo governador gaúcho se posicionou para reverter a situação.

A carta-renúncia escrita por Jânio Quadros é inserida no corpo do livro e o jornalista questiona os motivos que levaram o presidente a deixar o cargo, uma vez que sua ação foi inesperada. O autor de *1961* analisa a possibilidade mais coerente que poderia ter resultado na conduta de Quadros: "A carta-manifesto deixada por Jânio, sem destinatário, mas, de fato, dirigida ao povo, levava a concluir que ele abdicava do poder sob pressão. E, no caso do presidente da República, a pressão equivalia a um golpe de Estado" (2011, p. 13). Tavares descreve como o golpe foi articulado para empossar Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, enquanto João Goulart estivesse na China, em viagem diplomática a mando do próprio Jânio. O grupo liderado por Brizola foi até a rádio Última Hora e leu um manifesto de repúdio aos acontecimentos:

A esta hora da madrugada decidi dirigir-me aos meus conterrâneos: nosso país está vivendo horas dramáticas de tensão! O Rio Grande não permitirá atentados. A renúncia do Sr. Jânio Quadros é definitiva. Resta agora dar posse ao presidente

constitucional do Brasil e entregar a presidência ao Sr. João Goulart. Isto é o que determina a lei maior, a Constituição. Entretanto, a politicagem, os sentimentos inferiores e golpistas de alguns círculos da República, vêm entendendo que não se deva dar posse ao vice-presidente, que se deve impedir que o presidente constitucional do Brasil, que agora é o Sr. João Goulart, exerça suas funções (*apud* TAVARES, 2011, p. 21).

Com o apoio da população do Rio Grande do Sul e do Marechal Henrique Teixeira Lott, a iniciativa, que ficou conhecida como Movimento da Legalidade, seguiu com ações mediadas no Palácio Piratini. *1961- O golpe derrotado* (2011) se enquadra em uma crônica testemunhal dos treze dias em que se conseguiu interceptar o golpe e legitimar o governo de Jango. Naquela ocasião, o mundo estava passando por um período político conturbado com a Guerra Fria e a Revolução Cubana acontecendo. Cuba foi uma grande incentivadora da luta armada nos territórios latino-americanos, e figuras como Fidel Castro e Che Guevara tornavam-se referências e nomes de respeito para a esquerda internacional.

Outra obra importante de Flávio Tavares é *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder* (2004), composta por várias crônicas que tratam de figuras históricas da política latino-americana, que Tavares conheceu ao longo de sua carreira, trabalhando para diversos jornais, e que marcaram, para o bem ou para o mal, as relações políticas do Brasil e da América Latina, nomes como: Getúlio Vargas; Salvador Allende; Che Guevara, dentre outros. Sobre a obra, afirma o autor:

Nestas novelas do poder, nada é inventado e tudo em verdade ocorreu. Se, ao longo do relato, a trama se desenvolve como num romance em que paixões se exteriorizam no amor e no ódio, na ilusão e no sonho, na vaidade e no embuste – ou se atritam entre si, como na ficção convencional –, tudo se deve a que, nas profundezas do seu íntimo, a realidade é assim: soa como ficção. O título é uma metáfora ou alegoria. Mas, ao brotar de algo vivido, é uma alegoria que passa a ser real (TAVARES, 2004, p. 11).

De difícil classificação, as crônicas jornalísticas sobre a história e a política brasileiras e latino-americanas ao longo do século XX, redigidas num estilo leve e saboroso, são uma leitura imprescindível para quem deseja entender os meandros dos partidos de direita e de esquerda que caracterizaram as disputas políticas nesse século. Líderes como Juscelino Kubitschek, Juan Domingo Perón, Salvador Allende, Getúlio Vargas, Che Guevara, General Lott, etc, “desfilam” no livro de Tavares como se fossem seus amigos íntimos ou companheiros de repartição.

Apesar da excelência dos relatos contidos em *1961 – o golpe derrotado* e em *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*, o ponto central deste artigo é a obra *Memórias do esquecimento* (1999), em que Tavares descreve detalhadamente as torturas sofridas, entre agosto e setembro de 1969, como preso político da ditadura brasileira. Suas memórias são compostas por uma alternância de capítulos que tratam, em *flashback*, de sua aventura como resistente desde 1964, com capítulos que contam, no presente da narrativa, a viagem à Cidade do México a bordo de um avião da FEB, como um dos presos políticos libertados em troca da vida do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, no dia da Independência (7/9/1969).

Aproximar-se das memórias do jornalista e escritor Flávio Tavares é conhecer a conjuntura de 1964 e ler as denúncias das torturas sofridas durante a ditadura militar brasileira, por intermédio da literatura testemunhal contemporânea e de depoimentos a respeito da resistência ao regime.

O PROFISSIONAL DA MEMÓRIA

Antes de nos debruçarmos sobre a obra de Tavares, é preciso trazer algumas reflexões sobre o gênero “memórias”. Para isso, utilizaremos *O pacto autobiográfico*, de Philippe Lejeune (2008), que apresenta uma categorização e conceituação dos gêneros memorialísticos. O teórico apresenta a definição de autobiografia, cuja principal característica é possuir um caráter individual, ou seja, os relatos são centrados apenas em si e na personalidade do autobiógrafo. Entretanto, as memórias, gênero ao qual vamos nos ater, possui uma diferente perspectiva, sendo a experiência coletiva o foco da narrativa.

O assunto deve ser *principalmente* a vida individual, a gênese da personalidade: mas a crônica e a história social ou política podem também ocupar um certo espaço. Trata-se de uma questão de proporção ou, antes, de hierarquia: estabelecem-se naturalmente transições com os outros gêneros da literatura íntima (memórias, diário, ensaio) e uma certa latitude é dada ao classificar no exame de casos particulares (LEJEUNE, 2008, p. 15; grifo do autor).

Temos, portanto, nos subgêneros memorialísticos, relatos íntimos como cartas, diários, autobiografias, etc, nos quais se busca evidenciar a particularidade de uma vida individual, como ponto de vista desse sujeito, e também narrativas classificadas como memórias e que transitam em certo contexto histórico e/ou político que define uma experiência coletiva. Flávio Tavares faz parte desse segundo tipo, pois consegue trazer o íntimo dos seus momentos de horror para a descrição da realidade vivida por toda uma geração de jovens brasileiros.

Lejeune aborda algumas características que confirmam a existência da autobiografia, sobretudo que “é preciso que haja relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem” (2008, p. 15). O teórico francês sistematiza um quadro que permite visualizar a pessoa gramatical que compõe a narrativa (“eu”, “tu” ou “ele”) e a identidade do narrador da obra. Isso demonstra que não existe apenas a forma de escrita autobiográfica na primeira pessoa (autodiegética), tendo outras pessoas gramaticais que podem narrar, não apenas o EU. Porém, existe uma demanda muito maior de escrita em primeira pessoa, ou seja, aquela “assinada” pelo próprio narrador-personagem, indicando um ponto em comum nos enredos das narrativas memorialísticas.

As memórias também possuem, eventualmente, formas não-convencionais, no sentido de não seguir sempre o ponto fixo de narrador-personagem principal, podendo ser a narrativa das memórias do outro. Logo, essa não é uma fórmula fixa, entretanto, seguiremos nosso olhar para a escrita autodiegética, que é aquela na qual se enquadra o livro em questão.

Seguindo essa linha de raciocínio, temos as articulações das pessoas do discurso, que Lejeune apresenta remetendo ao pensamento de Benveniste:

Referência: os pronomes pessoais (eu/tu) só possuem referência atual dentro do discurso, no próprio ato de enunciação. Benveniste assinala que o conceito “eu” não existe. O “eu” remete, sempre, àquele que fala e que identificamos pelo próprio fato de estar falando. (...) Enunciado: os pronomes pessoais de primeira pessoa marcam a *identidade* do sujeito da enunciação e do sujeito do enunciado (LEJEUNE, 2008, p. 19; grifo do autor).

Lejeune distingue um importante traço na construção da literatura íntima – para que ela se concretize tende a carregar consigo, por meio da capa ou dos paratextos, o nome do autor como uma assinatura – e uma confirmação – de que a história contada no corpo do enredo é de fato sua. Com isso, temos um diálogo entre autor e leitor e, por meio dessa confirmação de identidade, dada através da assinatura de seu nome, concebemos a imagem de uma pessoa real.

[...] o lugar concedido a esse nome é capital: ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma *pessoa real*, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo cartório e verificável. É certo que o leitor não irá verificar e é possível que não saiba quem é aquela pessoa. Mas sua existência não será posta em dúvida: exceções e abusos de confiança não fazem senão confirmar a credibilidade atribuída a esse tipo de contrato social (LEJEUNE, 2008, p. 23; grifo do autor).

O teórico explica que, por mais que tenhamos essa consciência de sua existência e que a narrativa seja realizada a partir de uma trajetória “real”, pressupondo o relato de algo que de fato aconteceu, não pode ser deixada de lado a ideia de que o autor é uma pessoa que escreve um determinado discurso e publica, ou seja, é a sua visão e construção – parcial – dos acontecimentos e, seguindo esse raciocínio, o leitor “deduz” que aquilo que foi afirmado pelo autor é verídico. Com isso, formula-se o pacto autobiográfico entre autor-narrador-personagem e leitor, uma espécie de acordo tácito entre as partes, de aceitar os fatos apresentados como sendo reais. Esse narrador pode até não assumir seu nome durante a narrativa, uma vez que, com o contrato inicial estabelecido, sabe-se de quem se trata já pela assinatura do nome na capa: “Pacto autobiográfico: o personagem não tem nome na narrativa, mas o autor declarou-se explicitamente idêntico ao narrador (logo ao personagem, já que a narrativa é autodiegética), em um pacto inicial” (2008, p. 30).

Eric Nepomuceno, em *A memória de todos nós* (2015), trata sobre a memória relativa aos processos de golpes militares sofridos na América Latina, iniciados em 1954, na Guatemala, com a derrubada do governo de Jacobo Àrbenz. O presidente da Guatemala tentou implantar uma reforma agrária, país sobre o qual os Estados Unidos exerciam grande influência no setor rural. A proposta de Jacobo Àrbenz, caso tivesse sido implementada, auxiliaria as comunidades indígenas a resistirem ao poderio norte-americano. O Paraguai, também em 1954, sofreu com a tomada de poder por parte do general Alfredo Stroessner, que forjou subseqüentes eleições fraudulentas até 1989, mantendo-se no poder por trinta e cinco anos. A Argentina passou igualmente

por um duro regime, um dos mais violentos da América Latina, que se iniciou em 1955, conquistou uma democracia durante as décadas seguintes, porém, sofreu inúmeros golpes novamente. A Revolução Cubana ganhou força em 1959, com o fim da ditadura de Fulgencio Batista e, em 1961, o líder Fidel Castro decretou o socialismo em Cuba, nos moldes daquele praticado na então União Soviética, tornando-se também inimigo declarado dos EUA.

Em 1961, o regime encabeçado por Fidel Castro e por um grupo de guerrilheiros barbudos decretou o socialismo em Cuba. Vetado e declarado inimigo de Washington, o novo governo cubano se aliou a Moscou e passou a contar com a proteção e o apoio da União Soviética, que já não existe, mas naquela época era o outro lado da Guerra Fria. (...) Para os Estados Unidos, impedir que o exemplo cubano se alastrasse continente a fora tornou-se prioridade máxima. Qualquer governo com tons progressistas, ou reformistas, passou a ser considerado um adversário perigoso, que deveria ser neutralizado a qualquer custo (NEPOMUCENO, 2015, p. 9).

No Brasil, decretada a repressão a uma suposta conspiração comunista liderada por Jango, em abril de 1964 desencadeou-se o golpe militar comandado pelo general Olímpio Mourão Filho. A ditadura militar em nosso país prolongou-se por 21 anos, estendendo-se até 1985:

O fim do período de breu dos chamados regimes de exceção – na verdade, ditaduras nascidas de golpes militares francamente apoiados, quando não diretamente engendrados, pelas elites empresariais e econômicas dos nossos países, contando invariavelmente com o apoio e a interferência direta de Washington – significou também o doloroso e necessário reencontro com o passado e suas mazelas. Após a realidade forjada e mantida ao longo de anos, às vezes décadas, abriu-se a brecha para que fosse recuperada a memória, resgatada a verdade e feita a justiça (NEPOMUCENO, 2015, p. 11).

Para que a memória do período fosse reavivada e assim esses países conquistassem justiça, foram criadas diversas comissões da verdade, em países como Argentina, Chile e Brasil, no intuito de ouvir relatos e esclarecer os crimes cometidos durante os regimes ditatoriais. A recuperação da memória silenciada significa o resgate da vida e a preservação dos direitos humanos. Os dois primeiros países citados condenaram e puniram os militares responsáveis. Já o Brasil não, devido aos termos da Lei da Anistia, por isso, afirma Nepomuceno, o Brasil continua sendo um dos países que mais têm contatos a acertar com a própria memória. A Lei da Anistia, decretada em agosto de 1979, absolveu os presos políticos para que fossem soltos ou, para os que estavam no exílio, pudessem retornar ao país, entretanto, os militares também tiveram seus crimes anistiados e, por isso, não foram punidos.

Quanto a fazer justiça, nenhum sinal. A Lei da Anistia ditada em 1979, e em pleno regime militar, e revalidada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010 significa uma barreira intransponível. A resistência de amplos setores das Forças Armadas explica por que a Comissão, criada em 2009, durante a segunda presidência de Lula da Silva, só pôde ser regularizada, por lei, em novembro de 2011, já no governo de Dilma Rousseff (NEPOMUCENO, 2015, p. 13).

Seligmann-Silva, no capítulo “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”, do livro *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes* (2003), trata sobre como esquecer é fundamental para o processo de manutenção da vida, porém, em contrapartida, a permanência da memória significa uma visão da história, o descortinar constante do passado. A história se mantém como aliada da memória, mesmo que possuam caráter diferente no olhar para o passado, uma sendo mais objetiva e científica e outra mais subjetiva e particular, ambas articulam o movimento de construir a identidade do coletivo. Seligmann-Silva dialoga com as teorias de Walter Benjamin e de Nietzsche para reforçar que o ato de lembrar, que vem de uma ação do marco coletivo, permeia e transpassa a história solidificando, dessa maneira, o passado de todos. Por meio da memória, conseguimos enxergar as experiências pessoais de quem passou por um determinado período turbulento e não admite deixar que a história se apague.

Eric Nepomuceno pontua uma arma fundamental para a resistência – a memória. Alguém poderia evocar as palavras tão conhecidas de que o Brasil “não tem memória”, mas, em uma pequena e rápida reflexão, logo se percebe que a verdade é que há sim evocações desse passado, porém, é uma memória, em geral, imposta pela elite dominante, por representantes de classes abastadas que projetam versões da história e constroem uma verdade fragmentada. Esse apagar de lembranças é uma tática de anular as forças resistentes, como formula o teórico, pois as memórias de massacre e a luta pela sobrevivência, que não são contadas, passam a não ser valorizadas ou compreendidas pelo povo. Dar voz às memórias é não permitir o genocídio da resistência. As memórias de Flávio Tavares são arranhões constantes em versões mentirosas da história dos combatentes, pois, através de seu depoimento - e de outros ex-guerrilheiros - é possível ter acesso a esse momento histórico pelo viés íntimo de quem esteve diretamente envolvido nos acontecimentos e sobreviveu para, muitos anos depois, relatar sua experiência.

AS TRAUMÁTICAS MEMÓRIAS DO REGIME MILITAR

Como se verá a seguir, as memórias de Flávio Tavares estão diretamente relacionadas ao sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, pois o jornalista foi incluído na lista de quinze presos políticos trocados pela vida do embaixador. Essa experiência, divisor de águas na luta contra a ditadura, foi narrada por Fernando Gabeira em *O que é isso, companheiro?* (1979; edição consultada: 1982), que relata sua participação no sequestro, uma parte do exílio no Chile e sua fuga durante o golpe do general Pinochet em setembro de 1973. No final dos anos 1960, Gabeira atuava como jornalista no *Jornal do Brasil* e imprimia clandestinamente o jornal *Panfleto*. A visão que Gabeira apresenta da resistência, principalmente em sua configuração inicial, é objetiva e crítica, pois, ao longo do livro, podemos ver algumas análises que ele faz sobre os erros cometidos e disputas ideológicas que atrapalharam as articulações dos guerrilheiros. Sua escrita detalhada e profunda do contexto vivido permite uma visualização sóbria e panorâmica dos diversos grupos armados que enfrentaram os militares. Inicialmente, Fernando Gabeira não participou ativamente como guerrilheiro nos primeiros anos após o golpe, tanto que as ações que toma na narrativa se dão como jornalista, sempre que possível usava dessa função para passar informações aos combatentes, tais como mortes, prisões, etc., através do jornal.

Gabeira apresenta como os movimentos se organizaram para fazer frente ao regime, uma das problemáticas trazidas é o impasse no uso de armas; muitos dos que lutaram contra os militares preferiram não usar armamento e criticavam os que faziam essa escolha, obviamente, também existiram os grupos que acreditavam que a luta armada era a única solução para a derrubada do poder autoritário instaurado. Essa dualidade entre as massas ou as massas armadas pairou sob os movimentos. Cita, também, o *Manual do guerreiro urbano*, escrito por Carlos Marighella, para orientar e motivar os que se punham a lutar contra a ditadura.

Quando as 100 mil pessoas desfilavam pela Avenida Rio Branco, algumas gritavam – só o povo armado derruba a ditadura; outras gritavam – só o povo organizado derruba a ditadura. A escolha entre um ou outro adjetivo era fruto de uma surda luta interna das correntes políticas que disputavam a hegemonia do movimento (GABEIRA, 1982, p. 72).

Em 13 de dezembro de 1968, o presidente militar Arthur da Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 05 (conhecido como AI-5), instituindo a censura e a perseguição a partidos políticos e grupos clandestinos. Com o emergir dos atos institucionais, os combatentes começaram a perder força, assim, em 1968, relata Gabeira, muitos guerrilheiros estavam presos ou mortos. Já inserido nos grupos de resistência armada, especificamente o MR-8, o guerrilheiro e seus companheiros planejaram uma manobra de ataque ao governo com a intenção de reagir às prisões e mortes, articulando o sequestro do embaixador americano. Para que o plano fosse bem-sucedido eles se aliaram à ALN, grupo liderado por Carlos Marighella (que não concordava com o sequestro) e, em seguida, alugaram uma casa no bairro de Santa Teresa, para esconder o embaixador. Tendo o norte-americano como prisioneiro, o grupo organiza as negociações com o governo para sua soltura. Eles preparam um manifesto que devia ser lido nas emissoras de rádio e TV, com o seguinte teor:

Grupos revolucionários detiveram hoje o Senhor Elbrick, conduzindo-o a algum lugar dentro do país, onde se encontra. Não se trata de uma ação isolada. É mais uma das inúmeras ações revolucionárias já realizadas [...]. Na realidade, o sequestro do Embaixador é mais um ato da guerra revolucionária que cada dia avança e que começou, este ano, sua etapa de guerrilha rural (GABEIRA, 1982, p. 108).

Dessa forma, apresentaram o manifesto que incluía solicitações estratégicas para a resistência. Os grupos MR-8 e ALN haviam se juntado para executar o sequestro e para escrever o manifesto, além de terem organizado uma lista com nomes de quinze presos políticos que deveriam ser libertados e enviados para o exterior.

A libertação de 15 prisioneiros que sofrem tortura nas celas de prisão em todo o país, que são golpeados, maltratados e suportam as humilhações que lhes impõem os militares. Não pedimos o impossível, não pedimos a volta à vida de inúmeros combatentes assassinados na prisão. Os que não forem libertados agora, é claro, serão reivindicados algum dia (GABEIRA, 1982, p. 115).

O governo, mesmo a contragosto, cumpriu todas as determinações impostas pelos guerrilheiros, com a ação bem-sucedida dos revolucionários, o manifesto foi lido e os presos políticos enviados para o exílio na Cidade do México. Flávio Tavares, como já dito, foi um desses presos libertos. Nascido no Rio Grande do Sul, primeiramente cursou Direito pela UFRGS e, quando jovem, participou do movimento estudantil de sua universidade, onde conheceu Getúlio Vargas pessoalmente. O presidente recebeu Tavares em seu escritório para ouvi-lo falar sobre propostas de melhorias para a universidade. O episódio é relatado em uma crônica presente na obra *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder* (2004).

Anos mais tarde, já jornalista, Flávio Tavares ingressa na luta armada, tendo participado do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), grupo liderado por Leonel Brizola. No Brasil, Tavares foi preso três vezes - a primeira, durante o golpe de 1964, na redação do jornal Última Hora, quando foi detido alguns dias para investigação, não tendo sofrido agressões ou torturas; a segunda, ocorreu em 1967, quando foi levado, em Brasília, pela Polícia do Exército e interrogado, permanecendo preso por cinco meses, contudo, como relata, sem também sofrer torturas físicas. Em agosto de 1969 foi preso pela última vez no Brasil, em uma "cilada ingênua", como conta em suas memórias, facilitada pelo porteiro de seu prédio que o entregou ao Exército, sob as mãos do PIC (Pelotão de Investigação Criminal). Flávio Tavares foi submetido às primeiras e terríveis torturas.

Memórias do esquecimento (1999) se compõem pela evocação de sua luta, resistência e participação na guerrilha armada, e pelo relato das torturas sofridas como consequência de sua prisão, em agosto de 1969, quando foi torturado praticamente todos os dias por um mês, até sair na "lista dos 15" no início de setembro. O primeiro capítulo do livro descreve a viagem que ele e os demais presos políticos fizeram, rumo ao México, a bordo de um avião da FEB. Descreve como sentiu-se perturbado e receoso, por mais que já soubesse de sua troca pelo embaixador, as ameaças dos soldados de jogá-lo do avião o perturbavam. As primeiras cem páginas da obra são uma apresentação das experiências de horror que Flávio Tavares viveu, das torturas físicas, psicológicas e longos interrogatórios, das visitas de sua mãe ao cárcere e episódios como o tenso momento em que passa a noite ao lado do corpo morto de um companheiro de cela, ali colocado para intimidá-lo. Leiamos um trecho referente à tortura através de choques elétricos, para termos uma ideia do estilo do autor e do terror vivido:

O choque elétrico não se aplica com intenções assassinas, mas para triturar o prisioneiro, esmigalhá-lo, reduzindo-o a uma condição de inferioridade e impotência absoluta, física e psicológica. Eles não pretendiam matar, nem nos matar. Só aniquilar a vida, destruir-nos vivos como numa fogueira em que Joana D'Arc queimasse e queimasse sem jamais se extinguir nas chamas, para sofrer ainda mais com a dor multiplicada (TAVARES, 1999, p. 30).

Seligmann-Silva, no artigo Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas (2008), alude à necessidade de os sobreviventes testemunharem suas histórias, como também às dificuldades que o trauma causa para que esses se prontifiquem a contar suas memórias. Respalado por testemunhos sobre a Shoah, o crítico afirma que existe uma necessidade premente nos sobreviventes de traumas históricos

de relatarem suas experiências, exercendo, dessa forma, uma vontade – muitas vezes latente por décadas - de libertarem-se do peso da memória traumática, sendo assim, “narrar um trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de renascer” (p. 66). Identifica-se facilmente essa necessidade na obra de Flávio Tavares, pois já na “Introdução” o escritor relata suas dificuldades de contar sobre os traumas causados pelo Regime Militar, entretanto, no fim reverbera as angústias que o levaram a de fato narrar os tensos acontecimentos nos quais esteve diretamente envolvido.

Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou se lembre. Sou um demente escravo da mente. (...) Rima? Rima, sim, e até pode ser um rima, mas não é uma solução. A única solução é não esquecer. (...) E por não esquecer te conto, minha amada. Como um grito te conto. Ouve e lê (TAVARES, 1999, p. 13).

A “Introdução” das memórias de Tavares é escrita na forma de um desabafo que o jornalista faz à sua mulher, utilizando uma linguagem íntima e um tom de confissão em que ele questiona a forma menos traumática de trazer de voltar essas lembranças tão trágicas, mesmo trinta anos depois.

Seligmann-Silva (2008) analisa a memória do trauma aprofundando o olhar para as lembranças de dor dos sobreviventes, por fim, compreendendo uma permanência dessas dores, “mais especificamente, o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal” (p. 69), sendo assim, portanto, uma memória constante ou, no mínimo, intermitente. As memórias de Tavares carregam o trauma no decorrer de toda a obra, com os relatos das torturas sofridas durante os dias de prisão e as seções de interrogatórios que constituíam um verdadeiro palco de horrores para o sadismo dos militares. Em seu livro, estão narradas as duras humilhações impostas aos presos políticos e também a desorganização militar para obter informações sobre os grupos resistentes. O livro carrega as marcas das derrotas, das torturas, das mortes dos companheiros que participaram da resistência. O escritor “conversa” diretamente com o leitor, como se este o conhecesse profundamente:

Não, não falei neste tom discursivo nem com esta retórica que soe, agora, como se eu tentasse converter esse compreensivo coronel à causa que tínhamos abraçado e pela qual entrar de metralhadora num banco não era um assalto, mas um gesto de justiça para tentar recompensar, no futuro, aqueles que nunca tinham entrado nem jamais entrariam em um banco, mas que eram escravos dos bancos. Disse-lhe em tom baixo, quase um sussurro. Sussurra-se no amor, naqueles segredos inarráveis em voz alta e que assopramos ao ouvido durante o abraço. E também no desastre, quando fomos despojados de tudo e só dispomos da saudade do sussurro de amor para acreditar que estamos vivos. Foi assim que falei, em voz baixa, como um segredo (TAVARES, 1999, p. 72).

Suas aflições amargas confessadas no livro recaem também sobre os civis comuns, pois estes pareciam alheios a todo o martírio dos presos políticos. Em um dos capítulos do livro, Flávio dedica-se a questionar por quem todo aquele sangue estava sendo derramado, quais são os motivos triviais que estavam por trás dessa entrega e necessidade de luta.

Tínhamos entregado tudo à causa da nossa “utopia popular”, inclusive a vida. Ou principalmente a vida. Nem sequer tínhamos a consciência dessa generosidade que, às vezes, se confundia com uma devoção aventureira ou uma bravata de jovens, entremeadas de gente madura, alguns até anciãos. Mas e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia? (TAVARES, 1999, p. 47).

Um trauma, dentre muitos, registrado nas memórias de Flávio Tavares, envolve Roberto Cietto, companheiro de guerrilha e membro do MAR. Os soldados deixam o corpo de Cietto na cela de Flávio. Simão, como Cietto era conhecido, foi torturado e em seguida falece, com apenas poucas horas nas mãos dos militares. Tavares sente com essa experiência a dor da tortura psicológica: “Desejarão que eu me habitue ao morto e à morte, como uma espécie de pré-aviso? Não, isso é tão sofisticado como hipótese que não condiz com eles, com a explosiva brutalidade deles!” (1999, p. 107). As ásperas lembranças do guerrilheiro brasileiro trazem uma compreensão das histórias que não são contadas, muitas das quais, supostamente esquecidas, são revividas no livro três décadas depois dos acontecimentos. As memórias de Flávio são a parábola de uma trajetória histórica que permite contemplar um Brasil que de certa perspectiva é desconhecido. No campo individual, essas memórias são postas no papel como uma forma de simbolizar o vivido e trazer à tona, para conhecimento público, todos os percalços promovidos pela ditadura de 1964, logo, permitindo que o sujeito consiga expurgar, de certa forma, o tormento psicológico de lembrar e não contar. O que Seligmann-Silva argumenta, no artigo já citado, a respeito do genocídio de armênios por parte dos turcos pode ser aplicado ao caso de Tavares e de tantos outros torturados:

Ao invés da imagem calcada e decalcada, chata, advinda do choque traumático, a cena simbolizada adquire tridimensionalidade. A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida. Significa ir da sobrevida à vida (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

Em vista disso, apesar de serem memórias íntimas e particulares, por tratarem de um momento histórico que faz parte da constituição política e social de praticamente todos os latino-americanos, essas narrativas são necessárias tanto pelo viés da denúncia quanto pela perspectiva de renascimento a partir da ótica de um sobrevivente da tortura. Milhares de opositores do regime, tais como Rubens Paiva, Stuart Angel e Vladimir Herzog, para citar apenas três dentre os mais emblemáticos, não tiveram a mesma sorte.

Em “O ventre da baleia”, capítulo X das memórias do jornalista, o ex-guerrilheiro gaúcho expõe a chegada dos presos à base área do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Lá chegaram treze dos quinze presos políticos trocados pelo embaixador, tiraram fotos e tiveram suas digitais colhidas. A foto tirada está reproduzida na capa original do livro de Flávio Tavares. Durante o percurso, após saírem do Rio, fazem duas paradas: uma em Recife, para pegar um dos mais antigos comunistas do Brasil, Gregório Bezerra, respeitado combatente preso em 1964; e outra em Belém, onde embarca Mário Roberto Zanconatto, médico recém-formado. Os quinze libertos, trocados pelo embaixador americano foram: Luís Travassos, José Dirceu, José Ibrahim, Onofre

Pinto, Ricardo Sá Rego, Maria Augusta Carneiro, Ricardo Zaratini, Rolando Fratti, José Leonardo Rocha, Agonaldo Pacheco, Vladimir Palmeira, Ivens Marchetti, Gregório Bezerra, Mário Roberto Zanconatto e Flávio Tavares:

Para nós, “os 15” – como passamos a ser chamados –, começava o exílio e também algo até então insólito: o banimento. Dias após nossa libertação, num Ato Institucional com data atrasada, como se fosse anterior à nossa partida, a Junta Militar decretou nosso “banimento do território nacional”, fórmula jurídica idêntica ao degredo adotado nos tempos da Colônia Portuguesa contra os Inconfidentes de Minas Gerais. Modernizava-se apenas a expressão. (...) Durante dez anos e dois meses, eu e todos nós fomos “os banidos”. Livres e desterrados (TAVARES, 1999, p. 141).

Flávio Tavares permaneceu no México por cinco anos, trabalhando como jornalista, onde, segundo ele, aproximou-se muito da cultura mexicana e compreendeu melhor o funcionamento político do país. Mudou-se para a Argentina, ali permanecendo como jornalista correspondente do jornal mexicano *Excelsior* e, em 1975, voltou a colaborar com o *Estado de São Paulo*, utilizando um pseudônimo. Flávio estava na Argentina quando Juan Domingo Perón morreu e sua mulher, Isabelita, assumiu a presidência. Logo após, em 1976, um golpe a tira do poder e o general Jorge Videla assume um dos regimes militares mais violentos da história da América Latina:

Num clima de insegurança e desconfiança generalizada, o terrível é que nos acostumamos com a violência quando a violência é alheia ou não nos sangra diretamente. E, assim, todos nós recebemos o golpe militar de extrema-direita de março de 1976 – que depôs Isabelita e colocou no poder a Junta Militar presidida pelo general Jorge Videla – como consequência (sic) natural e inevitável da própria insegurança e violência (TAVARES, 1999, p. 248-249).

Muitos brasileiros estavam sendo caçados na Argentina, e dezenas de exilados haviam desaparecido. Com isso, o medo de padecer em terras estrangeiras era constante na vida do gaúcho, ainda mais quando soube da morte de Jango, supostamente por “ataque cardíaco”: “(...) a consciência de que estávamos ali morrendo em terras alheias se apossou de todos nós” (1999, p. 249). Nesse momento político extremamente conturbado, Flávio Tavares vai ao Uruguai, a pedido do Jornal *Excelsior*, para cobrir a notícia de prisão de um jornalista uruguaio. Na fila de embarque para retornar à Argentina, Tavares é interceptado, a caminho do avião, e sequestrado por uma organização paramilitar de direita:

Eles tinham feito o sequestro (sic) perfeito, o crime sem rastros nem autores: ao devolver o cartão de entrada no Uruguai, por mim assinado, eu tinha oficialmente saído de Montevideu e, agora, já havia chegado a Buenos Aires, destino do vôo (sic). A partir daquele momento, eu tinha desaparecido no caos repressivo da Argentina. Era um “desaparecido” que jamais tornaria a ver a luz do sol (TAVARES, 1999, p. 252).

O Brasil, o México e os Estados Unidos noticiaram seu desaparecimento. Os sequestradores, após simularem dois fuzilamentos – nos quais chegaram a atirar, mas não em seu corpo –, entregaram-no aos militares e Flávio Tavares permaneceu seis meses preso no Cárcere Central de Montevideu, tendo se submetido a vários interrogatórios

e sido mantido encarcerado sob condições desumanas. Após esse tempo, devido a pressões internacionais, Tavares consegue ser solto e enviado para o exílio em Lisboa, onde torna público o que passou no Uruguai e denuncia as torturas e o desrespeito aos direitos humanos mais básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Flávio Tavares revela muito mais que seu íntimo; podemos vislumbrar, através do relato de suas memórias, boa parte da história do Brasil e da América Latina ao longo do século XX. Seu relato, exemplar, que cumpre também uma função didática, merece ser conhecido pelo leitor brasileiro, sobretudo pelo jovem que não sabe exatamente como se deu o processo ditatorial em nosso continente. Com toda a sua experiência, o fato de Flávio Tavares ter sobrevivido tornou-se uma referência de resistência, pois suas lembranças também são, de certa forma, uma parte significativa das memórias políticas do Brasil.

Eric Nepomuceno categorizou este tipo de memórias como “subversivas”, por combaterem as mentiras e os silêncios de momentos suprimidos da história. A memória põe em xeque a versão unitária do vencedor. Tal categorização se adequa perfeitamente ao tipo de literatura desenvolvida por Flávio Tavares, focando ao mesmo tempo conturbados episódios políticos do Brasil e da América Latina (vide *1961 – O golpe derrotado e O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*) e o testemunho sobre prisões e torturas nos porões do regime militar brasileiro (*Memórias do esquecimento*).

Com a narrativa de Tavares é possível captar o enlace entre história, política e memória por meio da literatura. Sendo, dessa maneira, a reconstrução de um momento crucial da memória coletiva brasileira, sua obra pode ser também compreendida como uma refutação da história oficial que pretende esconder os crimes cometidos durante a ditadura militar. Seligmann-Silva destaca a importância da história e da memória na construção das identidades: “O trabalho da história e da memória deve levar em conta tanto a necessidade de se ‘trabalhar’ o passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse confronto com o passado é difícil” (2003, p. 77). Difícil mas não impossível de encarar, como demonstram as memórias de Flávio Tavares, lúcido “escravo” de recordações que ousou afrontar nessa obra de título paradoxal, uma vez que é necessário evocar para não deixar cair no ostracismo, lembrar para não (deixar) esquecer.

REFERÊNCIAS

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 32 ed. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1982.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 2008. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes.

NEPOMUCENO, Eric. *A memória de todos nós*. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 59-88.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. In: *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro-RJ, v. 20, p. 65-82, 2008.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4 ed. São Paulo-SP: Globo, 1999.

TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. 7 ed. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2004.

TAVARES, Flávio. *1961 – O golpe derrotado: Luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2011.